



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se rocebam 3 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre	200\$
A 1.ª série	140\$		80\$
A 2.ª série	130\$		70\$
A 3.ª série	120\$		70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37101, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Declaração — Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 14 132, que determina que sejam colocados letreiros nas viaturas automóveis pertencentes aos serviços do Estado e dos organismos corporativos.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 38 976 — Autoriza as repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto de vários Ministérios e a Emissora Nacional de Radiodifusão a mandarem satisfazer diversas quantias em conta da verba de «Despesas de anos económicos findos» — Autoriza a 11.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer duas quantias respeitantes a ajudas de custo e subsídios de marcha que deixaram de ser abonadas aos guardas florestais em serviço na Circunscrição Florestal do Funchal.

Ministério da Economia:

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 4.º do orçamento do Ministério.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário do Governo* n.º 241, de 27 de Outubro findo, inserindo os seguintes diplomas:

Ministério da Educação Nacional:

Decreto-Lei n.º 38 968 — Reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo.

Decreto n.º 38 969 — Regula a execução do Decreto-Lei n.º 38 968, que reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

Segundo comunicação do Gabinete do Ministério das Finanças, a portaria publicada, sob o n.º 14 132, no *Diário do Governo* n.º 235, 1.ª série, de 20 do corrente, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria, saiu com inexactidão, devendo ser rectificada pela forma seguinte:

Onde se lê:

... os presidentes da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa e do Supremo Tribunal de Justiça; os Ministros e Subsecretários de Estado; ...

deve ler-se:

... os presidentes da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa e do Supremo Tribunal de Justiça; o procurador-geral da República; os Ministros e Subsecretários de Estado; ...

Secretaria da Presidência do Conselho, 30 de Outubro de 1952. — O Chefe da Secretaria, *Diogo de Castelbranco de Paiva de Faria Leite Brandão*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 38 976

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São autorizadas as repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto dos Ministérios abaixo designados a mandarem satisfazer, em conta da verba de «Despesas de anos económicos findos» inscrita nos respectivos orçamentos do actual ano económico, as quantias seguintes:

Ministério das Finanças

Despesas de publicidade e propaganda realizadas no ano de 1951 pela Secretaria da Assembleia Nacional	46.032\$00
Encargos que ficaram em dívida no ano de 1951 à Empresa Insulana de Navegação	14.000\$00
Despesas realizadas nos 3.º e 4.º trimestres do ano de 1951 com a limpeza de chaminés do prédio que constitui a doação Chagas, sito na Avenida de Nice, no Estoril.	80\$00
Despesas referentes ao ano de 1951 resultantes de assistência clínica prestada a um assalariado do quadro do tráfego da Alfândega do Porto . . .	180\$00
Salários em dívida aos membros da comissão de avaliação por serviços prestados no distrito de Castelo Branco em Novembro de 1949	270\$00
	60.562\$00

Ministério do Interior

Despesas realizadas no ano de 1950 pela Guarda Nacional Republicana com a aquisição de combustíveis e reparação de viaturas.	162.073\$50
--	-------------

Ministério da Justiça

Despesas resultantes de acidentes ocorridos no ano de 1951, de que foram vítimas um agente da Polícia Judiciária de Lisboa e um